



XIV ANPED-CO

XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

2997 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)
GT 15 - Educação Especial

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: O CENESP E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Andressa Santos Rebelo - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Ana Paula Escossia Barbosa de Souza Pereira - UFMS/Campus do Pantanal - Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: O CENESP E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Resumo: O objetivo desse texto é analisar algumas formas de cooperação de agências internacionais com o Ministério da Educação brasileiro por meio do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) entre 1973 e 1977. A cooperação com agentes externos (consultores internacionais) marcou a implementação deste órgão, em um momento no qual o governo brasileiro passa a realizar a intervenção de políticas públicas para a área. O *corpus* da pesquisa constitui-se de documentos da legislação brasileira e produção científica brasileira referente à deficiência e seu atendimento na década de 1970. Trata-se de uma pesquisa documental e para fins de organização dos procedimentos de coleta e análise dos dados, dividimos o trabalho no período 1973 a 1977, ano em que se publica decreto de criação do CENESP e data do último documento analisado, respectivamente. O CENESP contou com consultores internacionais que deram orientações para a política de educação especial, no entanto, o contexto da época, marcada pelo regime militar e tensões políticas, não possibilitou a apropriação crítica dessa experiência.

Palavras-chave: Política educacional, Educação Especial, CENESP.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: O CENESP E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Resumo: O objetivo desse texto é analisar algumas formas de cooperação de agências internacionais com o Ministério da Educação brasileiro por meio do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) entre 1973 e 1977. A cooperação com agentes externos (consultores internacionais) marcou a implementação deste órgão, em um momento no qual o governo brasileiro passa a realizar a intervenção de políticas públicas para a área. O *corpus* da pesquisa constitui-se de documentos da legislação brasileira e produção científica brasileira referente à deficiência e seu atendimento na década de 1970. Trata-se de uma pesquisa documental e para fins de organização dos procedimentos de coleta e análise dos dados, dividimos o trabalho no período 1973 a 1977, ano em que se publica decreto de criação do CENESP e data do último documento analisado, respectivamente. O CENESP contou com consultores internacionais que deram orientações para a política de educação especial, no entanto, o contexto da época, marcada pelo regime militar e tensões políticas, não possibilitou a apropriação crítica dessa experiência.

Palavras-chave: Política educacional, Educação Especial, CENESP.

Agência ou instituição financiadora: CNPq

Publicação nos anais do evento: Sim

INTRODUÇÃO

No século XX havia poucas instituições públicas para escolarização da população em geral, buscando-se organizar salas de aula homogêneas nas escolas. A necessidade de qualificação para o mundo do trabalho que passa a justificar a separação dos alunos nas escolas amplia o número de classes especiais para o público-alvo da educação especial (KASSAR, 1999). Segundo Jannuzzi (2004, p.12), colocava-se o imperativo de “saber ler, contar, escrever e aqueles que não aprendiam e não tinham rendimento escolar satisfatório eram rotulados como deficientes”. Com isso, o governo brasileiro passa a dar mais atenção a essa situação tentando minimizar o problema.

A Constituição de 1934 permitiu que as instituições de educação tivessem seus impostos extintos e em 1954 cria-se a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Rio de Janeiro, com o interesse de promover seu bem-estar e ajustamento social, atendendo-os em todas as idades e etapas da sua vida e em todos os espaços sociais que ocupassem, com o objetivo de suprir as necessidades que não eram providas pelo ensino regular (JANNUZZI, 2004). Há um significativo aumento das APAEs com 198 unidades em 16 estados criadas entre os anos de 1954 e 1974. Já as Sociedades Pestalozzi possuíam 24 unidades e seu quadro de profissionais contava com médicos especializados e famílias envolvidas com a causa (JANNUZZI; CAIADO, 2013).

Na década de 1970 iniciam-se no âmbito da política de educação especial atividades de cooperação com outros países, principalmente os Estados Unidos. Neste texto pretendemos analisar algumas formas de cooperação de agências internacionais com o Ministério da Educação brasileiro, por meio do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) entre 1973 e 1977. A cooperação com agentes externos (consultores internacionais) marcou a implementação deste órgão, em um momento no qual o governo brasileiro passa a realizar a intervenção de políticas públicas para a área.

Atentos às interferências de diferentes setores sobre a educação (SHIROMA, GARCIA; CAMPOS, 2005), o *corpus* da pesquisa constitui-se de documentos da legislação brasileira e produção científica brasileira referente à deficiência e seu atendimento na década de 1970. Trata-se de uma pesquisa documental e para fins de organização dos procedimentos de coleta e análise dos dados, dividimos o trabalho no período 1973 a 1977, ano em que se publica decreto de criação do CENESP e data do último documento analisado, respectivamente. Ressaltamos que a palavra ‘excepcional’ é utilizada neste trabalho quando aparece nos documentos da época. O mesmo ocorre em relação a outros termos para se referir à população alvo da educação especial.

O CENESP E OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA

Durante o regime militar (1964-1985) o Brasil passou a articular seu desenvolvimento econômico ao capitalismo internacional (SAVIANI, 2008). Nesse período, o Brasil passa a receber recursos financeiros e assistência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), *United States Agency International for Development* (USAID), entre outras, que sugeriam planos para que houvesse melhorias na educação, através de experiências e estudos conjuntos (RAFANTE, 2015).

Em 1961 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4024/1961, que explicita que “a educação dos excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 1961). Ao analisar a LDB, evidencia-se o auxílio que o poder público oferece para essas instituições filantrópicas: “toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação dos excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções” (JANNUZZI; CAIADO, 2013, p.11).

Procurando qualificar tanto o estudo quanto o convívio social, o CENESP foi criado em 3 de julho de 1973, por meio do Decreto nº 73.425:

Fica criado no Ministério da Educação e Cultura o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), Órgão Central de Direção Superior, com a finalidade de promover em todo território Nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais. Parágrafo único. O CENESP gozará de autonomia administrativa e financeira, sendo as suas atividades supervisionadas pela Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 1973a, art 1º).

Instituições especializadas como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e Sociedades Pestalozzi tiveram participação na criação do CENESP (PIRES, 1974; RAFANTE, 2015).

O governo passa a convocar pessoas especializadas em diferentes áreas para auxiliar, entre eles, médicos, fonoaudiólogos passando a oferecer também cursos de capacitação, intercâmbio a fim de aprimorar o conhecimento e proporcionar uma melhor qualidade no atendimento dos excepcionais (PIRES, 1974).

James J. Gallagher (1974), consultor norte-americano da Universidade de Carolina do Norte, entre outros estrangeiros, foi convidado pelo governo brasileiro para prestar assessoria para a criação do CENESP, apresentando orientações que foram adotadas em seu país. O consultor, ao fazer abordagem sobre o atendimento dos excepcionais tratou sobre a exigência de planejamento, identificação do grau de necessidades de cada indivíduo, e até mesmo da adaptação da pedagogia empregada no atendimento a essas pessoas.

O CENESP é organizado a partir de uma demanda que se apresentava em levantamento estatístico da época. Naquele momento já havia no Brasil uma parcela da população público-alvo da educação especial matriculada em escolas e instituições da área da saúde (88.453 pessoas) (BRASIL, 1975).

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ALGUNS APONTAMENTOS

Foram estabelecidos convênios a partir de 1964 entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a USAID (Acordos MEC-USAID) visando entre outras ações, à contratação de assessores norte-americanos para auxiliar nas reformas de educação pública, em todos os níveis de ensino (ROMANELLI, 1986). Alves (1968) relata as dificuldades na interpretação dos documentos referentes aos Acordos. A imprecisão dos textos e o sigilo em torno do planejamento educacional tornavam restrito o acesso ao seu conteúdo. O autor evidencia grande desconforto quanto ao fato de que “diretorias de ensino no MEC ficaram acéfalas”, sem controle sobre as políticas educacionais (ALVES, 1968, p. 9).

O Governo Federal, com o Plano Nacional do Desenvolvimento (PND) durante o regime militar em 1971, com propostas para o triênio de 1972/1974, dizia objetivar colocar o Brasil no caminho das “nações desenvolvidas”. A educação era considerada um investimento necessário ao desenvolvimento, pela preparação e qualificação de recursos humanos como força-suporte (BRASIL, 1973b). Registra-se a preocupação com a melhoria do Ensino Primário, Ensino Médio, Ensino Superior e qualificação dos professores com metas a serem alcançadas, porém, em quase nenhum momento é mencionada preocupação com o atendimento das pessoas com deficiência.

Cita-se recurso designado ao CENESP no valor de CR\$ 8.262.500,00 (BRASIL, 1973b), que seria destinado a promover a expansão e melhoria do ensino dos excepcionais. O montante é pouco significativo se comparado aos recursos direcionados aos demais setores, como levantamento de dados estatísticos de 1º e 2º graus, no valor de CR\$ 17.573.200,00 ou para equipamento das escolas, entre outras destinações, no valor de CR\$ 215.997.600,00. O documento menciona também um valor de 64 a 100 milhões de dólares que a USAID direcionou beneficiando diversos estados (BRASIL, 1973b).

Os programas de planejamento assistencial da educação especial ressaltam a importância de maior participação governamental para que esses sujeitos tivessem seus direitos garantidos, como direito a educação, saúde entre outros. Embora seja exigida a participação do governo, todo planejamento é baseado em modelos internacionais. É o que se sugere no “Seminário Latino-Americano” ocorrido em 1971, em que se afirma: “Lembra o Seminário que a ONU e seus organismos

especiais, UNICEF, FAO, UNESCO, WHO, ILO, tem possibilidade de auxiliar o desenvolvimento de assistência aos excepcionais através de auxílio técnico concedido aos governos nacionais” (MEC. OEA, 1975, p. 2). Sugere ainda os documentos que todas as informações recebidas mediante as orientações técnicas fossem repassadas aos diferentes países (MEC. OEA, 1975), sendo que os resultados obtidos nos avanços técnico-científicos serviriam de base para o surgimento de novos projetos.

Essas orientações também tratam sobre as possibilidades de aprendizagem. Entende-se que o meio social da pessoa com deficiência interferia diretamente no seu desenvolvimento intelectual, dentro de suas “limitações naturais”:

Cada fator de uma ecologia carencial constitui uma ameaça potencial para o desenvolvimento humano sadio, físico e mental. Existem evidências que provam que os fatores ambientais podem, inclusive, alterar a estrutura do cérebro e seu funcionamento, dentro, naturalmente, das limitações naturais. Estas inferências são especialmente aplicáveis nos primeiros anos de vida, período em que o cérebro se desenvolve quase que totalmente (MEC. OEA, 1975, p. 14, grafia original).

Relembramos aqui a fala do consultor James Gallagher (1974) na criação do CENESP, chamado a orientar seus técnicos, afirmando que os programas de apoio aos excepcionais deveriam adotar medidas que possibilitassem novos resultados, como treinamento especializado no atendimento a esses sujeitos com avaliação adequada desde os primeiros anos de vida. Diversos profissionais deveriam estar envolvidos para que esses atendimentos tivessem qualidade. Segundo ele, até mesmo as distribuições de alunos por classe deveriam decorrer de padrões internacionais já pré-estabelecidos. O entendimento era o de que os testes para verificação de níveis de deficiência, com padrões internacionais respondiam a essas questões (GALLAGHER, 1974).

São sugeridos cursos de qualificação e bolsas de estudos para técnicos da área em outros países:

[...] sugerem-se estágios e participação em cursos que se realizam em centros especializados, como os que são desenvolvidos no Instituto Interamericano da Criança (órgão da OEA) [Organização dos Estados Americanos], [...] os que são efetuados em centros congêneres, especialmente na Inglaterra, Dinamarca ou Estados Unidos, em cujos países estes programas tem alcançado maior êxito (MEC. OEA, 1975, p. 27).

Olívia Pereira, psicóloga e uma das gestoras do CENESP (AUTRAN; LOUREIRO, 2010), representou este órgão no Projeto Especial Multinacional de Educação, que envolvia o Brasil, Paraguai e Uruguai, patrocinado pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Uma das metas era a propagação do conhecimento adquirido na área da Educação Especial que servisse de acervo bibliográfico para o CENESP (PEREIRA, 1977).

Havia carência de materiais científicos sobre a inserção dos excepcionais no mercado de trabalho, sendo o CENESP o principal responsável pela propagação de conhecimento na área: “o CENESP está empenhado na publicação de documentos básicos que apresentem as diretrizes e especificações essenciais à implementação de serviços de atendimento ao excepcional, e que definam a filosofia e a política de ação do órgão” (PEREIRA, 1977, p. 10). Dentre os objetivos da política estavam a iniciação ao trabalho e a integração na sociedade.

Estudos relativos aos excepcionais adentrarem ao mercado de trabalho aumentaram gradativamente a partir de então. Contribui nesse processo o princípio da “normalização” elaborado pelo dinamarquês Bengt Nirje, introduzido pelo Relatório Warnock de 1978 (KASSAR, 2011). O princípio de “normalização” passa a ser uma concepção hegemônica à época. Segundo Olívia Pereira, a normalização se define em dar oportunidades iguais aos cidadãos:

Normalização em educação não significa dar aos excepcionais, exatamente as mesmas condições educacionais das crianças normais; isso apenas serviria para realçar ainda mais a condição de incapacidade. Normalização em educação significa que o excepcional recebe as mesmas oportunidades que são dadas às crianças normais (PEREIRA, 1977, p.13).

Naquele momento organismos internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), apontavam a necessidade de capacitação dos excepcionais para a inserção no mercado de trabalho, como garantia de qualidade de vida digna, com máximo aproveitamento na sociedade (PEREIRA, 1977).

O CENESP foi criado em 1973 e extinto em 1986, sendo substituído pela Secretaria de Educação Especial, na estrutura do MEC. No período, organismos internacionais mostraram-se comprometidos em relação às diferentes etapas da educação brasileira. Com relação aos acordos estabelecidos,

podemos ressaltar sua abrangência, que parte desde o ensino primário até à educação superior (ROMANELLI 1986; GAIO, 2008). Na educação especial os documentos analisados apontam que as orientações eram apresentadas como modelo a ser seguido, desconsiderando as particularidades do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a criação do CENESP em 1973, na gestão do Presidente da República Emílio G. Médici (1969-1974) durante o regime militar, o objetivo era unir a vida escolar dos alunos com deficiência ao convívio social contando com profissionais da área da saúde, investindo em pesquisas científicas. Conforme Cardoso (2018), vários profissionais que integravam o CENESP fizeram intercâmbio em diversos países buscando qualificação para atuar no Brasil.

O CENESP contou com consultores internacionais que deram orientações para a educação dos excepcionais como a criação de sala de recursos e outros atendimentos considerados adequados para cada tipo de deficiência. O conteúdo educacional a ser ministrado também passou por essa consultoria propondo-se a adequação a cada deficiência, conforme suas especificidades (PIRES, 1974).

As políticas públicas no Brasil sofreram grande influência internacional, incluindo a redação de documentos oficiais para a área da educação. Entendemos serem importantes os compromissos assumidos por diferentes países por meio da ação de organismos de cooperação multilateral. No entanto, essa cooperação parece ter passado distante de considerar as especificidades brasileiras. O contexto da época, marcada pelo regime militar e tensões políticas produzidas pela Guerra Fria, não possibilitou a apropriação crítica dessa experiência.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1968. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_beaba_mec_usaid.pdf. Acesso em: 6 abril 2018.

AUTRAN, Ilza Maria Ferreira Pinto; LOUREIRO, Vera Regina. Memória da Educação Especial na PUC-Rio: Resgatando a História. **Revista Educação On-Line (PUC-Rio)**. Rio de Janeiro, n. 6, pp. 1-17, 2010. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br>. Acesso em: 14 de março. 2018.

BRASIL, Governo Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 4024/1961. Brasília. 1961.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **A Política e o Plano Setorial de Educação e Cultura**. Brasília, Agosto. 1973b.

BRASIL. MEC. CENESP. **Serviço de Estatística da Educação e Cultura**. Departamento de Documentação e Divulgação. Educação Especial: Dados Estatísticos – 1974. 1º volume. Brasília, 1975.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 72.425**, de 3 de julho de 1973, que cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), e da outras providências. Brasília, 1973a.

CARDOSO, Fernanda Luísa de Miranda. **O educandário para cegos São José Operário: cultura escolar e políticas educacionais Campos** – décadas de 1960-1970. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2018.

MEC. OEA. Secretaria Geral. CENESP. Departamento de Educação Especial da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná. Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil-Paraguai-Uruguai. **Deficientes mentais**. 1975.

GAIO, Daniel Machado. **A concepção de modernização na política de cooperação técnica entre o MEC e a USAID**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, UnB, Brasília, DF, 2008.

GALLAGHER, James J. Planejamento da Educação Especial no Brasil (1972). In: PIRES, Nise. **Educação Especial em foco**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974.

JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino. Algumas concepções de educação do deficiente. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n° 3, pp. 9-25, mai., 2004.

_____. CAIADO, Katia Regina Moreno. **APAE: 1954-2011**: algumas reflexões. Campinas: Autores Associados, 2013.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Deficiência múltipla e educação no Brasil**: discurso e silêncio na história de sujeitos. Campinas: Autores Associados, 1999.

_____. Percursos da Constituição de uma Política brasileira de Educação Especial Inclusiva. **Revista Brasileira. Ed. Esp.**, Marília, v.17, p.41-58, Maio-Ago. 2011. Edição Especial.

PEREIRA, Olívia S. **Integração do excepcional na força de trabalho**. MEC, 1977.

PIRES, Nise. **Educação Especial em foco**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974.

RAFANTE, Heulalia Charalo. Política de educação especial no Brasil: a relação entre o estado, a sociedade civil e as agências internacionais na criação do CENESP. In: **Anais da 37ª Reunião Nacional da ANPEd**. Florianópolis, 2015.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: 1930-1973**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez., 2008

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n° 2, pp.427-446, jul./dez., 2005.